



PROJETO DE LEI Nº 142/2025
DATA: 13/11/2025

SÚMULA: Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Cornélio Procopio, institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências

RAPHAEL DIAS SAMPAIO, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I
Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 1º - Fica criado o **Conselho Municipal de Saneamento Básico de Cornélio Procopio – CMSB**, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e de controle social, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

- I – acompanhar a elaboração, implementação, execução e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II – propor medidas que assegurem a universalização e a qualidade dos serviços de saneamento básico no Município;
- III – exercer o controle social previsto na Lei Federal nº 11.445/2007;
- IV – emitir pareceres e recomendações sobre assuntos relacionados ao saneamento básico;
- V – deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- VI – articular-se com os demais conselhos municipais afetos às políticas de meio ambiente, saúde e desenvolvimento urbano.



Art. 3º - O Conselho será composto por **06 (seis) membros titulares** e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo:

- I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal;
- II – 01 (um) representante da Câmara Municipal;
- III – 01 (um) representante da entidade prestadora de serviços públicos de saneamento básico no Município;
- IV – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada, sendo 01 (um) de entidades comunitárias e 01 (um) de entidades ambientais ou de defesa do consumidor.

§1º A participação será considerada serviço público relevante, não remunerada.

§2º O mandato dos conselheiros será de **02 (dois) anos**, permitida recondução.

Art. 4º - O Conselho terá uma Presidência e uma Secretaria Executiva, eleitas entre seus membros, com mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução.

Art. 5º - O funcionamento do Conselho será regulamentado por meio de Regimento Interno, aprovado pela maioria de seus membros, no prazo de até 90 (noventa) dias após sua instalação.

CAPÍTULO II

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 6º - Fica instituído o **Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB**, de natureza contábil e financeira, destinado a concentrar recursos para a execução da Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 7º - Constituem receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

- I – Dotações orçamentárias do Município e seus créditos adicionais;
- II – Transferências da União, do Estado ou de outros entes públicos;
- III – Receitas oriundas de convênios, contratos, acordos e parcerias;
- IV – Doações, auxílios e legados;
- V – Recursos de multas e compensações ambientais vinculadas ao saneamento;
- VI – Outras receitas que lhe forem legalmente destinadas.



Art. 8º - Os recursos do Fundo serão aplicados em:

- I – Programas, projetos e ações voltados ao saneamento básico;
- II – Estudos, pesquisas e capacitações na área de saneamento;
- III – Investimentos em infraestrutura e manutenção de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana;
- IV – Ações de educação ambiental relacionadas ao saneamento.

Art. 9º - O **Conselho Municipal de Saneamento Básico** será o **órgão gestor deliberativo** do Fundo Municipal de Saneamento Básico, competindo-lhe aprovar a aplicação dos recursos.

Parágrafo único. A execução orçamentária e financeira do Fundo caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, observadas as deliberações do Conselho.

CAPÍTULO III **Disposições Finais**

Art. 10º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de novembro de 2025.

Raphael Dias Sampaio
Prefeito



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 142/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

Tenho a honra de encaminhar à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 142/2025, que **cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Cornélio Procopio – CMSB**, bem como **institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB**, instrumentos indispensáveis para o fortalecimento da política municipal de saneamento básico, em conformidade com a legislação federal vigente.

A Lei Federal nº **11.445/2007**, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, determina que os municípios adotem mecanismos de **controle social**, de planejamento e de gestão dos serviços de saneamento. Entre tais mecanismos, destacam-se a criação de Conselhos Municipais específicos e a instituição de Fundos que centralizem e organizem os recursos destinados ao setor.

Nesse contexto, o **Conselho Municipal de Saneamento Básico** será um órgão **colegiado, consultivo, deliberativo e de controle social**, responsável por acompanhar a elaboração, execução e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, fiscalizar a aplicação dos recursos, propor diretrizes e garantir a participação democrática da sociedade civil na formulação das políticas públicas de saneamento.

A criação do **Fundo Municipal de Saneamento Básico** também se revela medida necessária para assegurar maior eficiência administrativa, transparência e capacidade de investimentos. A centralização dos recursos em um fundo específico permitirá melhor planejamento, organização e aplicação das receitas provenientes de dotações orçamentárias, transferências de outras esferas federativas, convênios, multas, compensações ambientais e outras fontes legalmente constituídas.

Com o fortalecimento institucional e financeiro proporcionado pelo Conselho e pelo Fundo, o Município poderá avançar na implementação de ações de **abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana**, além de desenvolver estudos, capacitações e programas de educação ambiental voltados ao uso sustentável dos recursos e à melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, a aprovação deste Projeto de Lei representa passo fundamental para a consolidação de uma política pública moderna, participativa e alinhada às normas nacionais, garantindo segurança jurídica, eficiência na gestão e melhores condições para o atendimento das demandas atuais e futuras da população de Cornélio Procopio.

Contamos com o apoio e aprovação de Vossas Excelências.

Atenciosamente,

Raphael Dias Sampaio
Prefeito